**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL – RELATOR MINISTRO LUIZ FUX**

Recurso Extraordinário n.º 801.487

A ASSOCIAÇÃO DOS INVESTIDORES NO MERCADO DE CAPITAIS – AMEC, associação sem fins econômicos, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 08.161.653/0001-64, sediada na cidade de São Paulo – SP, na Rua Joaquim Floriano, n.º 1.120, 10º andar, conjunto 101, CEP 04534-004, por seu advogado e bastante procurador que esta subscreve, que apresentará o competente instrumento de mandato no prazo do art. 37 do Código de Processo Civil, vem, com fundamento no artigo 543-A, §6º do Código de Processo Civil, expor e requerer o quanto segue:

I – DA REQUERENTE

A Requerente é uma associação sem fins econômicos que congrega em seus quadros 62 (sessenta e dois) gestores de recursos nacionais e estrangeiros, que possuem patrimônio sob gestão de aproximadamente R\$ 500 bilhões em ações de empresas brasileiras.

A atuação da Requerente, nos termos do artigo 3º do seu estatuto social, compreende, dentre outras iniciativas, a de “...*estimular as boas práticas de governança corporativa, de defender os direitos e interesses de investidores no mercado brasileiro de capitais, em especial de investidores detentores de*

ações não integrantes do bloco de controle de companhias abertas...”,
consoante se vê do abaixo transcrito:

Artigo 3º - A AMEC atuará com a finalidade precípua de promover ações para o desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil, de estimular as boas práticas de governança corporativa, de defender os direitos e interesses de investidores no mercado brasileiro de capitais, em especial de investidores detentores de ações não integrantes do bloco de controle de companhias abertas, bem como promover a colaboração com a atividade dos gestores de fundos de investimentos.

Parágrafo Primeiro - Seu quadro social será composto por administradores e/ou gestores de recursos de terceiros e investidores institucionais, nacionais ou estrangeiros, que detenham ou administrem participações acionárias em companhias abertas, além de clubes de investimentos e investidores, pessoas jurídicas e naturais.

Parágrafo Segundo - Para atingir seus objetivos, a AMEC poderá, entre outras atividades:

a) interagir junto aos poderes legislativo, executivo e judiciário, bem como junto aos órgãos reguladores e autorreguladores, especialmente a CVM - Comissão de Valores Mobiliários e Bolsas de Valores, **de modo a aprimorar as normas, regras de conduta e procedimentos aplicáveis ao mercado de capitais;**

b) analisar e atuar em casos específicos que envolvam investimentos realizados e/ou administrados por seus Associados, bem como operações societárias **relevantes perante o mercado de capitais ou que possam gerar paradigma prejudicial a interesses de acionistas não integrantes de bloco de controle, com o objetivo de** propor soluções para conflitos existentes ou **sugerir medidas que possam ser tomadas com o intuito de preservar os direitos e os interesses de acionistas minoritários;**

c) discutir e propor mudanças na legislação e nas práticas do mercado de capitais, que busquem propiciar uma melhor percepção dos investidores acerca da possibilidade de investimento em ações e maior equidade nas relações entre acionistas controladores e minoritários;

d) discutir e propor, às companhias abertas e demais agentes do mercado de capitais, ações que elevem as boas práticas de governança corporativa;

e) desenvolver gestões junto às autoridades competentes sobre os assuntos atinentes aos interesses de seus Associados e aos objetivos da Associação;

Assim, a Requerente vem, com fundamento no seu Estatuto Social e no artigo 543-A, §6º do Código de Processo Civil, expor e requerer o que se segue:

II – DO BREVE ESCORÇO HISTÓRICO DA QUESTÃO DEBATIDA NOS AUTOS

A Porto Seguro Imóveis Ltda. (Porto Seguro), acionista minoritário da Petroquisa, na qualidade de substituta processual da companhia, ajuizou, em 1992, Ação Ordinária de Indenização, com o propósito de ver condenada a Petrobras por abuso do poder de controle, na forma preconizada pelo artigo 246, combinado com os artigos 116 e 117 da Lei nº 6.404/76.

Segundo o relato contido nos autos, a Petroquisa detinha importantes participações societárias em diversas empresas petroquímicas nacionais, sendo que a Petrobras, no exercício do seu poder de controle, teria votado, em diversas assembleias de acionistas, favoravelmente à permuta de tais participações societárias por títulos da dívida pública federal, então alcunhados de moedas podres, precificados por seu valor de face, apesar de sua elevada desvalorização do mercado face às suas características.

De acordo com a legislação que regulou o processo de desestatização então em curso, tais títulos de dívida do Governo Federal, além de não possuir liquidez imediata, futuramente seriam substituídos por “título especial” da dívida pública de longo prazo, com características até então desconhecidas.

Após a conclusão da operação e para demonstrar o prejuízo ocasionado, a Porto Seguro relata que a Petroquisa teria recebido em moeda corrente apenas US\$ 1.000,00 (mil dólares) e os outros US\$ 941.175.000,00 (novecentos e quarenta e um milhões, cento e setenta e cinco mil dólares americanos) teriam sido recebidos em títulos públicos, o que causou expressivo prejuízo na participação dos acionistas nos lucros e no acervo social da companhia.

Em primeira instância, foi realizada perícia sob o método de fluxo de caixa descontado, oportunidade em que restou demonstrado o prejuízo

causado à companhia. A sentença, favorável ao pleito da Porto Seguros, foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Interposto recurso especial pela Petrobrás, o STJ deu provimento ao recurso para reverter as decisões proferidas nas instâncias inferiores.

Este é o epítome do necessário.

III - DA MATÉRIA SUBMETIDA A ESSE C. STF ATRAVÉS DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Em seu voto, o I. Ministro Relator do STJ, Massami Uyeda, consignou:

“Todos os que adquirem ações de uma empresa estatal são conhecedores de que essas empresas cumprem papel estratégico para o Estado. O art. 173 da Carta Magna deixa isso bem claro ao explicitar: ‘Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei’.”

Então, uma sociedade de economia mista tem, acima do lucro e dos interesses dos seus investidores privados, o interesse do Estado. O Estado pode, por razões estratégicas e com amparo legal, adotar decisões bem diferentes daquelas que um acionista privado faria, pois a existência desse tipo de companhia não visa somente o lucro e sim “imperativos de segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei”. Isso inclui aliená-las total ou parcialmente.” (grifamos)

Referida decisão e, em especial, o entendimento acima transcrito, foi objeto do Recurso Extraordinário interposto pela Porto Seguro, diante do seu conteúdo constitucional.

O Recurso Extraordinário foi admitido pelo C. STJ e remetido a este C. STF para apreciação de sua repercussão geral.

IV – DOS ASPECTOS RELEVANTES PARA O MERCADO DE CAPITAIS – REPERCUSSÃO GERAL

O V. Acórdão atacado, e em especial o entendimento do C. STJ sobre a aplicação e alcance do artigo 173 da Constituição Federal *vis a vis* o quanto estabelecido nos artigos 235 e seguintes da Lei 6404/1976, desperta o interesse da AMEC sobre o assunto diante do potencial lesivo de tal decisão ao mercado de capitais.

Segundo o entendimento do C. STJ, uma companhia de economia mista não teria por único objetivo o lucro, pois sua atuação, nos termos da disposição constitucional discutida, estaria relacionada ao interesse coletivo, fato que, no entender daquele E. Sodalício, autorizaria a adoção de procedimento lesivo aos demais acionistas por parte do seu acionista controlador indireto, no caso, a União Federal.

Segundo referido posicionamento, seria lícito concluir que uma sociedade de economia mista tem, acima do lucro e dos interesses dos seus investidores privados, o interesse do Estado, o que difere totalmente do conceito de empresa.

Tal decisão transcende a discussão dos autos, interferindo de maneira significativa na coletividade, seja por sua relevância jurídica, política ou social, mas especialmente por sua relevância econômica e impacto na percepção de investidores nacionais e estrangeiros sobre os riscos ínsitos ao mercado de capitais pátrio.

O posicionamento do C. STJ externado no V. Acórdão orientará a forma de atuação do próprio Estado em outras sociedades de economia mista, além de gerar desconforto e incertezas em investidores sobre a conveniência de realizar, ou manter, investimentos em sociedades de economia mista no Brasil, o que pode vir a dificultar, ou até mesmo inviabilizar, o financiamento dos elevados investimentos por elas capitaneados.

A título de exemplo, os investidores brasileiros e internacionais aportaram cerca de R\$ 70 bilhões na capitalização da Petrobras em 2010, viabilizando os ambiciosos planos de investimento daquela companhia, e

propiciando desenvolvimento e criação de empregos para o Brasil. Tal demonstração de apoio ao Brasil só é possível mediante crença na partilha dos frutos desse investimento em companhia de economia mista. E essa crença encontra-se ameaçada pela decisão do STJ.

A situação acima posta demonstra, de forma extrema de dúvidas, a repercussão geral da decisão a ser proferida em virtude do recurso interposto.

O caso debatido nos presentes autos é um *leading case* sobre se sob a ótica constitucional, é vedado ou permitido, e até que ponto, ao Estado direcionar sociedades de economia mista ou empresas controladas indiretamente por si, para interesses coletivos (cuja relevância pode ser questionada), ainda que para tanto as próprias companhias (controlada e controladora) e seus respectivos acionistas sejam prejudicados.

Além do acima relatado, que demonstra a clara e ampla repercussão geral do caso, a AMEC entende que, amparada no conhecimento técnico de seus associados, que representam expressiva parcela de investidores no mercado de capitais, poderá contribuir positivamente para a discussão de referido tema nessa Egrégia Corte, pelo que permanece à disposição de Vossa Excelência para novas manifestações e/ou esclarecimentos que se fizerem necessários.

V - DO PEDIDO

Diante de todo o supra exposto, que demonstram o legítimo interesse e condições da Requerente contribuir positivamente com a discussão, vem pela presente, com fundamento no artigo 543-A, §6º, do Código de Processo Civil, requerer se digne Vossa Excelência:

- (i) admitir a presente manifestação nos termos acima expostos;
- (ii) reconhecer a repercussão geral da matéria debatida nos autos do Recurso Extraordinário interposto pela Porto Seguro Imóveis; e
- (iii) conhecer do recurso interposto, determinado o seu regular processamento, para ao final aplicar ao caso em debate a mais adequada solução sob o ponto de vista constitucional.

Outrossim, não obstante o acima relatado, que demonstra a existência de repercussão geral no feito, a peticionária permanece a disposição dessa E. Corte, nos termos do artigo 323, §3º do Regimento Interno do STF¹, para apresentação de novas manifestações que Vossa Excelência entender necessárias.

Nestes termos,

Pede deferimento.

De São Paulo/SP para Brasília/DF, 19 de maio de 2014.

¹ Art. 323. Quando não for o caso de inadmissibilidade do recurso por outra razão, o(a) Relator(a) ou o Presidente submeterá, por meio eletrônico, aos demais ministros, cópia de sua manifestação sobre a existência, ou não, de repercussão geral.

(...)

§3º Mediante decisão irrecorrível, poderá o(a) Relator(a) admitir de ofício ou a requerimento, em prazo que fixar, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, sobre a questão da repercussão geral.